

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO N. 0015/2017

Aprova o Relatório de Gestão da Fundação
Universidade de Brasília – Exercício 2016.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, em sua 368ª Reunião Ordinária, realizada em 23/3/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão da Fundação Universidade de Brasília – Exercício 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Brasília, 15 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Abrahao Moura, Reitora da Universidade de Brasília**, em 24/03/2017, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0978001** e o código CRC **82E4D55C**.

C/ Cópia: Especificar as unidades para as quais foram distribuídas a resolução.

Referência: Processo nº 23106.001024/2017-50

SEI nº 0978001



Ata Aprovada na
370ª Reunião de
06/04/2017

ATA DA TRECENTÉSIMA SEXAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CAD) DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, realizada no dia vinte e três do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às dez horas e dez minutos, no Salão de Atos da Reitoria da Universidade de Brasília, com a presença dos Conselheiros DENISE IMBROISI, Decana de Planejamento e Orçamento e Presidente da Sessão em exercício; ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA REIS, Decano de Assuntos Comunitários; MARIA LUCILIA DOS SANTOS, Decana de Administração; FÁBIO SOUSA DO VALE/DGP, e VALDECI DA SILVA REIS, Prefeito do *Campus*; dos Representantes de Direção das Unidades: ROBERTO GÓES ELLERY JÚNIOR (FACE); SIMONE PERECMANIS (FAV); LÍVIA FREITAS FONSECA BORGES (FE); JAKE CARVALHO DO CARMO (FEF); AUGUSTO CESAR DE MENDONÇA BRASIL (FGA); MARIA FÁTIMA DE SOUSA (FS); ANTÔNIO CÉSAR PINHO BRASIL JUNIOR (FT); LUÍS ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA (ICS); RICARDO JOSÉ DOURADO FREIRE (IdA); DONALD MATTHEW PIANTO (IE); JOSÉ FELIPPE BEAKLINI (IF); ROZANA REIGOTA NAVES (IL); WÂNIA CRISTINA DE SOUZA (IP); MARCELO XIMENES AGUIAR BIZERRIL; e ARAKEN DOS SANTOS WERNECK RODRIGUES (FCE); dos Representantes dos Conselhos das Unidades: CARLOS ALBERTO FERREIRA LIMA (FACE); ELLIS REGINA ARAÚJO DA SILVA (FAC); ALEX LEITE PEREIRA (FCE); ANA LÚCIA DE ABREU GOMES (FCI); NARA MARIA PIMENTEL (FE); LEYVIJANE ALBUQUERQUE DE ARAÚJO (FE); OLEXIY SHYNKARENKO (FGA); FLÁVIO ELIAS DE DEUS (FT); VÂNIA FERREIRA ROQUE SPECHT (FUP); CRISTINA PATRIOTA DE MOURA (ICS); REGINALDO CONSTANTINO (IB); GLADSTON LUIZ DA SILVA (IE); THEO ALLAN DARN ZAPATA (IE); ALEXANDRA MOCELIN e (IF); WALKIRIA NEIVA PRAÇA (IL). Os Conselheiros JOÃO FRANCISCO PASSOS CRISÓSTOMO e MAYA FERNANDES compareceram na condição de Representantes Discentes de Graduação. Estiveram presentes os Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA MARZOLA; ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS; MARCOS VALÉRIO GONÇALVES; e PEDRO VIEIRA DA SILVA. Esteve presente representando a Ouvidoria a convidada MARIA IVONEIDE DE LIMA BRITO. Os Conselheiros FERNANDO OLIVEIRA PAULINO (FAC); JOSÉ MANOEL MORALES SÁNCHEZ (FAU); ELMIRA LUZIA MELO SOARES SIMEÃO (FCI); ANDRÉA QUEIROZ MARANHÃO (IB); MAMEDE SAID MAIA FILHO (FD); GABRIELA NEVES DELGADO (FD); e JURANDIR RODRIGUES DE SOUZA (IQ); tiveram ausências justificadas. Aberta a Sessão, o Presidente encaminhou os itens da agenda para a deliberação do Conselho. **Item 1** – Informes. A Presidente Denise Imbroisi informou que está dirigindo a Reunião do Conselho de Administração porque a Reitora, Márcia Abrahão Moura, e o Vice-Reitor, Enrique Huelva Unternbäumen, tinham previamente outras agendas. Informou acerca da Portaria nº 67, de 1º/3/2016, que limita despesas a ser empenhadas com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens. Anunciou sobre o guia do estudante e sobre a importância de as Unidades prestarem informações sobre os cursos. Também esclareceu que essa é uma forma de a Universidade estar integrada no *ranking* das melhores do País. Na oportunidade, solicitou que as Unidades Acadêmicas prestem informações ao Decanato de Planejamento e Orçamento, recomendando a indicação de um agente



de relacionamento efetivo e um suplente para manter a memória das informações de dados de cada Unidade. Quanto ao Relatório de Gestão 2016, anunciou que esse tem prazo estabelecido para entrega nos órgãos competentes. Na sequência prestou esclarecimentos sobre as mudanças relacionadas à metodologia no Relatório de Gestão 2016. Enfatizou que esse Relatório de Gestão 2016 presta informações de autoavaliação com objetivos diferenciados. Por fim, prestou agradecimentos a toda a equipe que se dedicou aos trabalhos do Relatório e às Unidades (ACE, Auditoria, CDT, CPAD, CPD, DAC, PPNE, RU, DAF, DTER, DCF, DPA, DCO; e DGM, DEX, Núcleo de Sustentabilidade, DGP, DPO, FAHUB, Finatec, Funape, GRE, INT; e Ouvidoria, PRC, Secom, SGP, SIC e VRT) que tiveram grande importância prestando as informações necessárias para que o Relatório fosse concluído. O Conselheiro Antônio Brasil citou a necessidade em se prestar informações e que essas sejam manipuladas para melhoria, entendendo que o Conselho de Administração é instância recursal. Na oportunidade, questionou o sistema de gestão, alertando que foi investido no banco de dados um Sistema da UFRN que não está sendo utilizado com o propósito esperado. A Presidente informou estar trabalhando na questão e em breve anunciará as decisões. A Conselheira Simone Perecmanis informou não ter tido acesso à agenda da Reunião. Solicitou correção da sua fala na Ata n. 368. A Presidente informou que as Unidades que necessitem prestar informações sobre o Relatório de Gestão 2016 essas poderão enviar o conteúdo ao DPO, via *e-mail*, até o dia 24/3/2017. **Item 2.1** – Ata da 368ª Reunião, realizada no dia 9/2/2017. **Deliberação:** aprovada com vinte e oito votos favoráveis e quatro abstenções, com correções. Na oportunidade, a Decana de Administração e Finanças, Maria Lucilia dos Santos, anunciou que o CPD encontra-se em final de desenvolvimento da ferramenta SIMARWEB para implementação de dados da proposta que alterou o sistema de gestão de compras, apresentado ao CAD. Informou que está fazendo o acompanhamento das atividades. Portanto, agora é preciso inserir os dados e divulgar alguns instrumentos de informação sobre o atual sistema. **Item 2.2** – Relatório de Gestão 2016. O Relator Roberto Góes Ellery Júnior agradeceu a confiança em conceder a ele essa atividade. Informou as alterações nos processos acadêmico e administrativo que previamente foram esclarecidas pela Decana Denise Imboisi. Na sequência passou à leitura de seu parecer, recomendando a aprovação do Relatório de Gestão 2016. Aberta a discussão, o Conselheiro Theo Zapata louvou o relatório na questão de amplitude e sugeriu que nos itens 2.52 e 6.42 fosse mencionado o diferencial dos cursos que contêm notas 6 e 7 para melhor compreensão do leitor. Para o Conselheiro, a informação de curso por Unidade fica mais fácil, haja vista se tratar de média ponderada e porcentagem. A Presidente informou que a metodologia adotada é exclusiva da Universidade de Brasília, e somente a UnB não segue a metodologia do Tribunal de Contas da União. A Conselheira Socorro Marzola recomendou que a formação por titulação dos Técnico-Administrativos fosse mais visível nos próximos relatórios. A Conselheira Rozana Reigota solicitou a inclusão da informação sobre a criação, no 1/2010, do curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas (LEA) no relato da expansão da Universidade durante o REUNI e a verificação dos dados referentes aos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto de Letras na Tabela de Cálculo de Custo por Aluno, uma vez que identificou a ausência de



menção a alguns cursos, o que pode ter impacto sobre o cálculo. O Conselheiro Marcos Valério recomendou que no item 2.31 as informações de execução sobre a transferência na estrutura de pessoal fosse descentralizada. A Conselheira Simone Perecmanis informou que a FAV tem a necessidade de prestar algumas informações de seus cursos no Relatório de Gestão 2016. O Conselheiro Antônio Brasil esclareceu que a questão de baixa dos cursos de graduação e pós-graduação é esclarecida pela criação dos novos cursos que iniciam com notas 3 e 4. O Conselheiro Donald Matthew perguntou onde poderia acessar a metodologia para o uso do relatório. A Presidente comentou as limitações, a necessidade de robustez nos dados e o cuidado ao longo do tempo para o aprimoramento dos indicadores do Relatório de Gestão. A Conselheira Livia Freitas Fonseca sugeriu pensar conjuntamente em uma política para equacionar a baixa escolaridade dos servidores na universidade e informou que a FE se soma à essa tarefa. O Relator Roberto Ellery informou que o Docente Mailson, do Departamento de Ciências Contábeis, dispõe de um sistema de dados bem avançado que pode ajudar a Administração Superior. A Presidente acrescentou que o DPO está trabalhando com o Docente citado. Comunicou que em outra oportunidade informava o sistema de cursos elaborado com o DGP e outras Unidades, sendo esta uma evolução para a Universidade. Encerrado o debate, a Presidente submeteu à votação o Relatório de Gestão 2016. **Deliberação:** aprovado por unanimidade. Às onze horas e trinta minutos, a Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual eu, Ionete Eunice de Araújo, Secretária *ad hoc* do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será subscrita por mim e pela Presidente do Conselho.

Denise Imbroisi

Presidente em Exercício

Ionete Eunice de Araújo

Secretária *ad hoc* do CAD

Brasília 21 de março de 2017

De: Roberto Ellery Jr; Diretor da FACE/UnB

Para: Profa. Dra. Márcia Abrahão Moura, Magnífica Reitora da UnB

Assunto: Parecer a respeito do Relatório de Gestão do Exercício de 2016 da UnB

Senhora presidente, senhores conselheiros,

1. Considerações Iniciais

Trata-se de parecer encaminhado ao Conselho de Administração da UnB (CAD) a respeito do Relatório de Gestão da Universidade de Brasília (UnB) relativo ao ano de 2016. Este relatório obedece a exigência legal de prestação de conta da UnB aos órgãos de controle da União.

O relatório está estruturado em 7 capítulos e quatro anexos que tratam dos temas relacionados a desempenho acadêmico, estrutura da universidade, origens e destinos dos recursos da UnB e outros assuntos relevantes. Os diversos temas são tratados com o rigor necessário e com abundância de dados de forma a permitir que o leitor do relatório faça sua própria avaliação de cada tema, análises críticas dos dados estão presentes e facilitam o entendimento das questões em discussão.

A importância do relatório vai além dos aspectos legais. O documento é uma ferramenta essencial para o planejamento e a gestão da UnB e torna-se ainda mais crítico em uma época de modificações significativas como as trazidas pelo Programa REUNI e pelas cotas sociais.

Neste sentido é de suma importância que o relatório seja divulgado e aperfeiçoado de modo que os envolvidos direta ou indiretamente na gestão da Universidade, conjunto que engloba toda a comunidade universitária, possam usar as informações disponíveis para aperfeiçoar as tomadas de decisão e o planejamento de médio e longo prazo da UnB. Em especial os técnicos administrativos e os professores em cargos de gestão devem considerar os dados do relatório para fins de planejar as ações de suas áreas de atuação.

2. Missão e Visão de Futuro

Missão: “Ser uma instituição inovadora, comprometida com a excelência acadêmica, científica e tecnológica formando cidadãos conscientes do seu papel transformador na sociedade, respeitadas a ética e a valorização de identidades e culturas com responsabilidade social”.

Visão de Futuro: “Estar entre as melhores universidades do Brasil, inserida internacionalmente, com excelência em gestão de processos que fortaleça o ensino, pesquisa e extensão”

3. Análise do Relatório

Dado o tamanho do relatório e a quantidade de informações disponíveis uma análise minuciosa de cada seção não seria adequada neste parecer. Desta forma optei por comentar alguns pontos que por sua natureza ou pelos números expostos me pareceram mais relevantes.

3.1 Orçamento

O orçamento aprovado para a Fundação Universidade de Brasília (FUB) para o ano de 2016 foi inicialmente de R\$ 1,6 bilhão, sendo R\$ 1,1 bilhão para despesas de pessoal, encargos e benefícios, R\$ 412,7 milhões para outras despesas correntes (OCD) e R\$ 89,1 milhões para investimento. Dentro do item OCD as maiores despesas foram Locação de Mão de Obra (43%), Pessoa Jurídica (31%), Pessoa Física (7%) e Encargos (6%), ou outros itens ficaram abaixo de 5%.

Em 2016 a UnB teve uma receita própria de R\$ 99,1 milhões, sendo que 45,1% deste total corresponde a receitas patrimoniais, 39,2% a receitas de serviço, 11,7% a receitas financeiras e 2,8% a outras receitas correntes.

Ocorreu uma queda acentuada nas receitas próprias após a transferência das atividades do CESPE para o CEBRASPE, a queda mais significativa ocorreu entre 2014 e 2015, de R\$ 379,7 milhões para 110,6 milhões, chegando aos R\$ 99,1 milhões em 2016. Cabe observar que conforme discutido neste CAD a queda de receitas veio acompanhada de quedas de despesa que reduzem de forma considerável o efeito líquido da mudança do CESPE para o CEBRASPE.

Espera-se que nos próximos anos seja possível mensurar de forma mais adequada o impacto das mudanças do CESPE na receita própria da FUM de forma a permitir uma melhor estimativa da receita em cada ano. Em 2015 a receita efetiva foi apenas 38% da receita prevista e em 2016 foi 56%.

Na análise da despesa liquidada observa-se que a Despesa de Pessoal em 2016 foi de R\$ 1,24 bilhão, em 2015 foi R\$ 1,16 bilhão, as Outras Despesas Correntes foram de R\$ 288,2 milhões, em 2015 foram R\$ 297,6 milhões, o Investimento foi de R\$ 3,8 milhões, em 2014 foi R\$ 6,5 milhões. A despesa total liquidada para a FUB e o HUB em 2016 foi de R\$ 1,64 bilhão, em 2015 tinha sido R\$ 1,58 bilhão.

O Relatório de Gestão apresenta uma detalhada análise da evolução das despesas da UnB. A análise deixa claro que a forma encontrada para se adaptar ao ajuste fiscal iniciado em 2014 foi a redução do investimento e de ODC, um resultado desta estratégia foi o aumento da despesa com pessoal na despesa total da UnB. O resultado não surpreende visto que a despesa com pessoal possui dinâmica própria e é pouco relacionada a decisões da administração da UnB.

3.2 Análise de Desempenho

Os indicadores de desempenho apresentados no relatório seguem os termos da Decisão TCU no. 408/2002. Em 2016 tivemos um total de 37.174 alunos matriculados na graduação, 7.344 alunos matriculados na pós-graduação e 332 alunos em residência médica. O custo corrente por aluno foi de R\$ 15,26 mil se for considerado o HUB e de R\$ 14,81 se for excluído o HUB.

O número de alunos por professor equivalente em 2016 foi de 15,68. A relação se mostra estável desde 2013 quando era de 15,51. O máximo da relação foi observado em 2008, 18,71, e o mínimo de 10,25 em 2010.

O número de alunos por funcionários equivalentes foi de 8,37, se o HU for considerado, e de 10,75 se o HUB for excluído. Esta relação vem aumentando nos últimos anos e mais do que dobrou entre 2011 e 2016. Em 2015 a relação era 6,46. Da mesma forma o número de técnicos por professores vem caindo nos últimos anos, em 2016 foi de 1,87, considerando o HUB, e 1,46 se não for considerado o HUB.

O conceito médio dos cursos de pós-graduação caiu de 4,46 em 2015 para 4,39 em 2016, a queda reverte uma trajetória de alta iniciada em 2014. Outro indicador que mostra queda é o Grau de Envolvimento com Pós-Graduação que chegou a 0,16 em 2016, menor valor da série iniciada em 2008, após um pico de 0,20 em 2014. Segundo o Relatório de Gestão esse indicador é considerado pelo TCU como uma medida de envolvimento da Universidade em atividade de pesquisa. O índice de qualificação do corpo docente foi de 4,33, o valor é o mais baixo da série iniciada em 2008 que teve o maior valor em 2013 (4,68). Do total de professores ativos 79% possuem doutorado.

A taxa de sucesso da graduação continuou a trajetória de elevação iniciada em 2014 e chegou a 49,84% em 2016. A queda significativa observada entre 2008 e 2014, de 77% para 39,73%, pode ser explicada pela expansão ocorrida no âmbito do REUNI.

3.3 Atividades de Correição

Em 2016 foram instaurados treze PADs, oito sindicâncias investigativas e nenhuma sindicância punitiva. No mesmo ano foram julgados quinze PADs e nove sindicâncias. Tais processos resultaram em duas demissões e não resultaram em suspensões ou advertências.

3.4 Gestão de Pessoas

A FUM conta com 6.343 servidores. Destes 5.665 são servidores em cargos efetivos, 329 são servidores com contratos temporários e 349 são servidores sem vínculo com a administração pública. Existem 843 servidores em cargos comissionados (108) ou funções gratificadas (735).

Na análise da escolaridade dos servidores observa-se que 39% possuem titulação máxima de doutorado, 7% mestrado, 3% especialização, 35% graduação, 14% ensino médio/técnico, 1% ensino fundamental completo e 1% ensino fundamental incompleto.

3.5 Canais de Acesso ao Cidadão

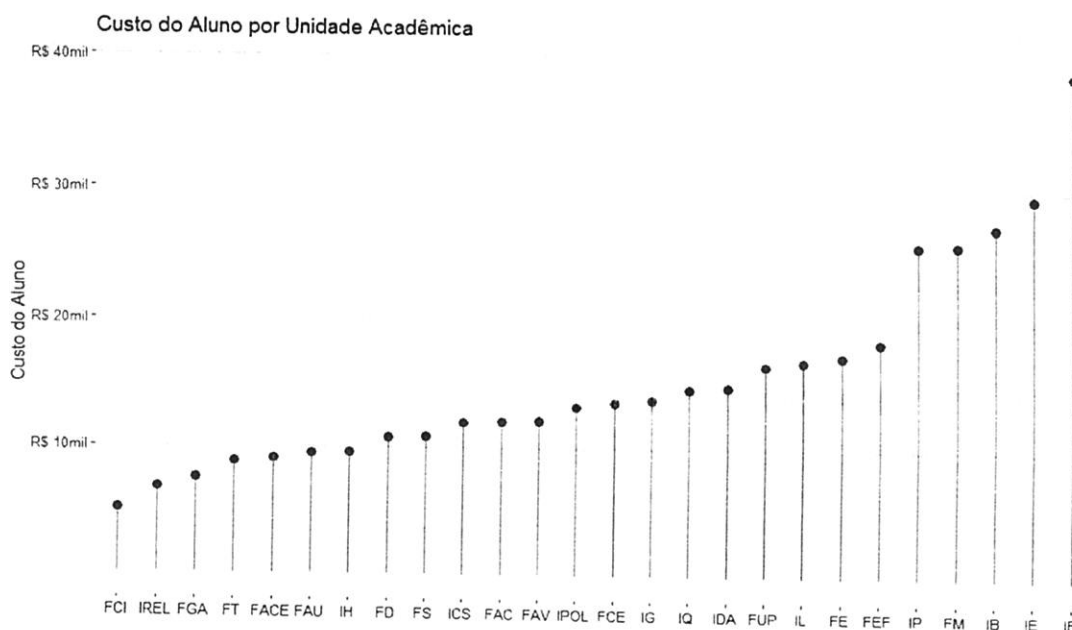
Em 2016 a Ouvidoria contabilizou 1.303 registros de manifestações, em 2015 tinham sido 869. Do total de manifestações recebidas 17 foram sugestões, 45 foram elogios, 149 foram denúncias, 397 foram solicitações e 695 foram reclamações.

Uma pesquisa de aceitabilidade em relação ao RU realizada em 2016 mostrou que no RU do Campus Darcy Ribeiro o desjejum é considerado ótimo ou bom por 81% dos entrevistados (19% consideram regular ou ruim), o almoço é considerado ótimo ou bom por 75% dos entrevistados (25% consideram regular ou ruim) e o jantar é considerado ótimo ou bom por 70% dos entrevistados (30% consideram regular ou ruim). Em Ceilândia os percentuais de ótimo e bom para desjejum, almoço e jantar foram 92%, 73% e 86% respectivamente. No Gama foram 77%, 70% e 82% para ótimo ou bom no desjejum, almoço e jantar. Finalmente, na Fazenda Águas Limpas, foram 96% de ótimo ou bom para o desjejum e 90% para o almoço.

3.6 Custo por Aluno

Seguindo a metodologia do TCU o custo por aluno na UnB foi de R\$ 14,81 mil em 2016, o valor segue a trajetória de queda iniciada a partir de 2013 quando o custo por aluno chegou a R\$ 28,66 mil. Se for considerado o HUB o custo por aluno em 2016 ficou em R\$ 15,26 mil.

Na definição do PDI para o período 2002/2006 a FUB decidiu por desenvolver uma metodologia própria para apuração de custos de ensino. A referida metodologia foi desenvolvida pela FACE e pela SPL e está descrita no “Manual Modelo de apuração de Custos da UnB”. O uso da metodologia da UnB permite calcular o custo do aluno em cada uma das unidades acadêmicas. A unidade com menor custo por aluno é a FCI com R\$ 4,96 mil, a unidade com maior custo por aluno é o IF com R\$ 38,65 mil. Naturalmente a diferença entre os custos por aluno nas diversas unidades estão relacionadas a especificidades de cada área, de forma que não se deve comparar diretamente os custos por aluno em cada unidade. Por outro lado, a informação permite que unidades com características semelhantes troquem informações com o objetivo de reduzir o custo por aluno sem prejudicar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão realizada na unidade. A figura abaixo mostra o custo por aluno em cada uma das unidades acadêmicas.



A comparação do custo por unidade em 2016 com o dos anos anteriores é prejudicada por conta de mudança na metodologia. Este relator sugere que a mudança seja registrada, explicada e justificada na versão final do documento.

Recomendações

O Relatório de Gestão deve ser visto com peça fundamental para a elaboração do planejamento estratégico da UnB. Recomendo que um sumário executivo do relatório seja enviado por meio eletrônico para toda a comunidade acadêmica.

Em relação aos recursos destinados ao fomento das atividades finalistas bem como aos critérios de distribuição de vagas de professores e técnicos administrativos eu recomendo a inclusão de informação de medidas de desempenho dos cursos, programas, departamentos e unidades envolvidas.

Por fim recomendo que administração empenhe mais esforços tanto na busca de opções de financiamento alternativas aos recursos da União quanto na adoção de medidas que facilitem a tramitação das alternativas já existentes. Estas opções, se bem trabalhadas, potencializam os benefícios para sociedade das atividades de ensino, pesquisa e extensão sem trazer prejuízos para a qualidade de nossas atividades, muito pelo contrário.

Conclusões

As análises e recomendações anteriores visam ajudar no processo de melhora do Relatório de Gestão dos próximos anos. Cabe ressaltar que o processo de elaboração de Relatórios de Gestão e demais ferramentas que permitam aperfeiçoar a gestão e o planejamento da UnB fazem parte de um processo de aprendizado que inclui toda a comunidade acadêmica. Neste sentido cabe louvor a equipe que elaborou este relatório.

18. Minha recomendação é pela aprovação do Relatório de Gestão da Universidade de Brasília referente ao ano de 2016.

19. Sem mais nada a declarar encerro meu parecer.

Roberto Ellery Jr, Diretor da FACE